



Vigilante que urinou na roupa por falta de substituto será indenizada

TRT-4 destacou que restrições ao uso do banheiro configuram prática degradante e violam o direito à saúde do trabalhador.



Vigilante que urinou no uniforme após não conseguir rendição para ir ao banheiro deve ser indenizada.
(Imagem: Arte Migalhas)

O TRT da 4ª região majorou para R\$ 40 mil a indenização por danos morais a uma vigilante impedida de usar o banheiro durante o expediente. A 8ª turma entendeu que a trabalhadora foi submetida a condições degradantes após relatar que chegou a urinar no próprio uniforme.

Segundo o processo, a vigilante precisava pedir autorização por rádio para utilizar o banheiro, muitas vezes sem receber rendição. Uma testemunha relatou que também passou pela mesma situação e precisou urinar em uma garrafa plástica por não conseguir deixar o posto.

Outra colega afirmou que encontrou a trabalhadora chorando no banheiro após o episódio em que urinou na roupa.

Vigilante que urinou no uniforme após não conseguir rendição para ir ao banheiro deve ser indenizada. (Imagem: Arte Migalhas)

O juízo de 1º grau havia fixado a indenização em R\$ 5 mil, reconhecendo o constrangimento sofrido pela trabalhadora ao ter seu direito ao uso do banheiro limitado.

Ao julgar o recurso, o desembargador Luiz Alberto de Vargas, relator do caso, registrou que ficou comprovado nos autos que a vigilante enfrentava restrições para usar o banheiro. O magistrado ressaltou que a conduta patronal “prejudicou o atendimento às necessidades básicas fisiológicas de todo ser humano” e destacou a gravidade da situação.

“As situações descritas são muito graves, degradantes e afrontam ao direito do trabalhador a um ambiente de trabalho que proporcione condições básicas de saúde e higiene.”

Para ele, a empresa extrapolou o poder diretivo ao impor um controle abusivo sobre necessidades fisiológicas, o que causou “angústia e aflição, além de se tratar de prática nefasta à saúde do trabalhador”.

Com base nessas provas e fundamentos, a turma majorou o valor da indenização de R\$ 5 mil para R\$ 40 mil, considerando a gravidade dos fatos e o caráter pedagógico da medida.

Fonte: MIGALHAS (**link: <https://www.migalhas.com.br/quentes/441916/vigilante-que-urinou-na-roupa-por-falta-de-substituto-sera-indenizada>**)



NATAL, 13/10/2025

SindForte

Sindicato Estadual dos Trabalhadores Vigilantes em Transporte de Valores Carro Forte, Escolta Armada, Carro Leve(Atm) Trabalhadores do Caixa Forte e Tesouraria Bancária na (Guarda e Contagem de Valores) do Estado do Rio Grande do Norte

SindForte/RN: Reunião em Mossoró alinha estratégias jurídicas em defesa dos vigilantes



Em Mossoró, o presidente do SindForte/RN, António Fernandes, acompanhado dos diretores Rômulo Pessoa e Gladstone Alves, realizou no dia 10 de outubro uma importante reunião no escritório RAM – Advogados, responsável pela assessoria jurídica do sindicato. O encontro teve como pauta principal o alinhamento de estratégias e o acompanhamento de processos que envolvem mediações junto ao Ministério do Trabalho, na própria cidade de Mossoró.

Durante a reunião com o advogado Dr. Carlos Magno Rocha, foram debatidas diversas demandas jurídicas em andamento, especialmente relacionadas ao descumprimento de cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) por parte de algumas empresas do setor. Segundo o sindicato, há casos recorrentes em que empregadores insistem em ignorar obrigações legais e compromissos firmados em negociação coletiva, afetando diretamente os direitos da categoria.

O SindForte/RN reafirmou que não medirá esforços para garantir o cumprimento inte-

gral da CCT, utilizando todos os instrumentos legais e institucionais disponíveis. A direção também destacou a importância da atuação firme e técnica do departamento jurídico, que tem sido fundamental nas ações e mediações realizadas em todo o estado.

Com diálogo, vigilância e determinação, o sindicato segue atuando para assegurar o respeito às conquistas trabalhistas e a valorização dos vigilantes do Rio Grande do Norte.



SEPARADOS SOMOS FRACOS, UNIDOS SOMOS IMBATÍVEIS.



PROCESSO: SINDIVIGILANTE SERGIPE x SVN SEGURANÇA



**INFORMATIVO
SINDIVIGILANTE SERGIPE**

Aracaju-Se, 09/10/25

PROCESSO: SINDIVIGILANTE SERGIPE x SVN SEGURANÇA.

**Quem não luta pelos seus direitos,
não é digno deles.**

GESTÃO TRANSPARÊNCIA E RENOVAÇÃO
FIXO: (79) 3022-7763



Em relação ao processo movido pelo Sindivigilante Sergipe em desfavor da empresa SVN Segurança, referente aos trabalhadores lotados nos contratos do município de Aracaju/Se, a referida empresa já realizou a juntada da documentação solicitada ao processo.

O Sindivigilante Sergipe através do nosso corpo jurídico, estará se manifestando o quanto mais rápido possível, para que o ministério público se manifeste, e a justiça do trabalho possa concluir todo processo.

Estaremos acompanhando todas as movimentações do processo, e logo assim que surgir novas informações estaremos atualizando os trabalhadores interessados.

Quem não luta pelos seus direitos, não é digno deles.

Gestão: transparência e renovação - Diretor-presidente: Reginaldo Gonçalves.

Aracaju/Se, 09 de outubro de 2025

ASCOM/SINDIVIGILANTE SERGIPE

Empresa de segurança de Itabuna é condenada por impor cursos nas folgas e refeitório com ratos e baratas



FOTO: JORNAL A TARDE/BA

A 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia (TRT-BA) reconheceu dois danos morais em ação movida por vigilante contra a Prosegur Brasil S/A Transportadora de Valores e Segurança. O colegiado fixou indenização de R\$ 5 mil pela violação do período de descanso — cursos obrigatórios nas folgas, sob risco de punição — e manteve as condenações de 1º grau por más condições de higienização, com mais R\$ 5 mil pelo manuseio de lixo sem luvas e R\$ 10 mil pela presença de pragas no refeitório (ratos e baratas)

Direito à desconexão

Testemunhas confirmaram que os cursos corporativos eram obrigatórios, feitos fora do horário de trabalho, nas folgas, e que havia

penalidades para quem não concluísse. Um colega chegou a ser afastado, e um inspetor aplicou punição em caso semelhante. Diante da impossibilidade prática de estudar durante a vigilância, o relator, desembargador Marcelo Rodrigues Prata, assentou que “a interrupção do período de repouso para atender a uma demanda da empresa afronta o direito do trabalhador a um ambiente saudável e ao descanso efetivo”, fixando a reparação moral em R\$ 5 mil. O “direito à desconexão” assegura que o empregado não seja obrigado a realizar tarefas fora do expediente, resguardando seu tempo de descanso e vida pessoal.

Más condições de higienização

Segundo a prova oral, o vigilante revistava e manipulava lixo sem luvas, e o refeitório registrava ratos e baratas, especialmente após uma enchente. As testemunhas descreveram que o lixo continha restos de comida e até papel higiênico com catarro, o que evidenciou o risco biológico e a ofensa à dignidade. Ao manter a condenação de 1º grau, o relator destacou: “Provada, portanto, as más condições de higienização do ambiente laboral.” Permanecem os valores de R\$ 5 mil pelo manuseio de lixo sem EPI e R\$ 10 mil pela presença de pragas.

FONTE: Secom TRT-BA (Renata Carvalho)

TST nomeia primeira mulher para a Coordenadoria de Policiamento

Escolha amplia presença feminina em funções estratégicas do Tribunal



Um ePela primeira vez em sua história, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) terá uma mulher à frente da Coordenadoria de Policiamento da Secretaria de Polícia Judicial. A agente de polícia judicial Franciely Lourenção assume a função com o desafio de liderar uma equipe de mais de 60 servidores responsáveis pela segurança institucional, pessoal e patrimonial do Tribunal. Sua nomeação também simboliza o avanço da representatividade feminina em cargos estratégicos do TST e o compromisso com a equidade de gênero.

A Coordenadoria de Policiamento atua na segurança de ministros, ministras e servidores, no controle de acesso aos prédios e no policiamento de sessões e eventos e do perímetro do TST. Para Franciely, assumir a função vai além da responsabilidade técnica. “É um desafio gigantesco, mas também uma oportunidade de mostrar que nós, mulheres, somos capazes de ocupar cargos estratégicos e contribuir com um olhar diferente, mais humanizado, para a área de segurança.”

Representatividade feminina

A nomeação de Franciely tem um significado especial em um campo historicamente marcado pela presença masculina. Até julho deste ano, apenas três mulheres atuavam na atividade-

fim da Polícia Judicial do TST. Com a posse de cinco novas agentes em agosto, o número subiu para oito.

Com uma trajetória iniciada na Polícia Militar do Paraná, onde atuou por nove anos, Franciely acumulou experiências também nas áreas da educação e da saúde antes de ingressar no TST. Desde o início, via na Polícia Judicial uma área de atuação na qual poderia se espelhar e contribuir. Agora, busca ser referência também para as novas gerações de servidoras.

FONTE: TST - SECOM



(Sílvia Mendonça/JS//CF - Foto: Felipe Sampaio)

FONTE: TST - SECOM

PF realiza destruição de armas e munições em Brasília

Foram inutilizados 59 revólveres, 17 espingardas e cerca de 10 mil munições



Brasília/DF. A Polícia Federal, por intermédio da Delegacia de Controle de Segurança Privada (Delesp/DF), realizou a destruição de armas de fogo e munições, em ação conjunta com o Exército Brasileiro, em

Brasília/DF, na última quinta-feira (09/10).

Foram inutilizados 59 revólveres, 17 espingardas e cerca de 10 mil munições, todos provenientes de empresas de segurança privada que tiveram suas atividades encerradas pela Polícia Federal.

A ação reforça o compromisso da PF com o controle e a fiscalização da segurança privada, garantindo que armas e munições provenientes de atividades irregulares sejam retiradas de circulação, contribuindo para a segurança da sociedade.

FONTE: DPF/DF

PF encerra atividades de segurança privada clandestina em três estabelecimentos no DF

Ação tem como objetivo combater o exercício irregular da atividade de segurança privada



Brasília/DF. A Polícia Federal realizou mais uma fase da Operação Segurança Legal, com o objetivo de combater o exercício irregular da atividade de segurança privada no Distrito Federal, na última quinta-feira (9/10).

Durante as fiscalizações, foram lavrados autos de encerramento de atividades em três estabelecimentos que utilizavam serviços de segurança clandestinos, ou seja, sem a devida autorização da Polícia Federal, em desacordo com a legislação vigente.

A ação integra a Operação Segurança Legal, iniciativa permanente da PF em todo o país, voltada à preservação da ordem pública e à garantia de que a segurança privada seja prestada de forma regular e dentro dos parâmetros legais.

FONTE: DPF/DF

Saúde mental e valorização dos agentes de segurança é tema de debate na Câmara na terça

Pedro Guerreiro/Ag. Pará



Proposta está sendo analisada por uma comissão especial

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados realizará, na terça-feira (14), audiência pública sobre os reflexos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/25 na saúde mental dos profissionais do setor.

O encontro foi solicitado pelo deputado Sanderson (PL-RS) e será realizado a partir das 10 horas, no plenário 6.

A proposta

Elaborada pelo governo federal, o texto, apelidado de PEC da Segurança, reconfigura a estrutura de segurança pública no Brasil,

buscando maior integração e coordenação entre os diferentes níveis federativos e órgãos de segurança.

A proposta está baseada em um tripé:

- constitucionaliza o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), hoje amparado por lei ordinária (Lei 13.675/18);
- amplia competências de órgãos de segurança, como a Polícia Federal (PF); e
- fortalece o papel da União no planejamento e coordenação da segurança pública.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Comissão debate impactos da digitalização e fechamento de agências bancárias



Audiência quer discutir o acesso da população a serviços financeiros de qualidade

A Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados realizará, na próxima terça-feira (14), audiência pública para discutir os efeitos da digitalização dos serviços financeiros e o fechamento de agências bancárias no Brasil.

O debate será realizado às 14 horas, em plenário a ser definido, e será interativo.

A reunião atende a pedidos dos deputados Vinícius Carvalho (Republicanos-SP), Gilson Marques (Novo-SC), Marcelo Queiroz (PSDB-RJ) e Daniel Almeida (PCdoB-BA).

Segundo os parlamentares, o objetivo do encontro é avaliar as consequências econômicas e sociais da digitalização bancária e discutir políticas públicas que

garantam o acesso da população a serviços financeiros de qualidade.

Efeitos da digitalização

Gilson Marques observa que o debate deve incluir a análise dos efeitos da digitalização sobre a concorrência, a inovação e a inclusão de novos perfis de consumidores.

Já Vinícius Carvalho está preocupado com o acesso às novas tecnologias bancárias. “Precisamos discutir educação financeira, segurança cibernética e o atendimento à população que não tem acesso à internet, garantindo o adequado atendimento das necessidades da sociedade”, afirma o deputado.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF